

O Ensino de Filosofia Natural nas Universidades
Portuguesas: ideias e percursos académicos, 1550 -1650

Luís Miguel Carolino

Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos
Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, p. 371-378

O Ensino de Filosofia Natural nas Universidades Portuguesas: ideias e percursos académicos, 1550 - 1650

Luís Miguel Carolino¹

A Universidade portuguesa do Renascimento era uma instituição do seu tempo. Como as suas congéneres da Europa, apresentava uma sólida maturidade institucional, com os seus órgãos de governo e administração funcionando regularmente, mas, resultado das indicações estatutárias, ministrando um ensino cujos conteúdos e processos pedagógicos eram potencialmente conservadores. Na formulação do professor Luís de Oliveira Ramos, neste período, "a Universidade funciona com regularidade, cumpre as suas obrigações, pois dispõe de dinheiro para prover oficiais e docentes, cujos contingentes, integram novos elementos. A sua autonomia maior ocorre no campo da administração e não do ensino, o que lhe permite realizar obras de arte e melhorar as remunerações, quando assim entende quem de direito. Do monarca depende a nomeação de professores, nomeadamente após concurso e consulta à Mesa de Consciências e Ordens, a escolha do reitor, nos termos apontados, assim como a mudança de matérias, de resto só possível mediante alterações dos Estatutos, tão rápido e imperativo é o seu teor. Seja como for, para se saber com exactidão o que se ensinava, para provar toda a falta de inventiva e completa assintonia com a nova filosofia e a nova ciência, assintonia, de resto postulada pelos Estatutos que só permitiam o previsto no seu articulado, importa examinar os textos lidos pelos mestres"¹.

A aparente divergência entre as matérias ensinadas na universidade e as exigências de uma *nova scientia*, aliadas naturalmente, no caso dos países ibéricos, às necessidades decorrentes da expansão extra-europeia, tem alimentado uma profunda discussão sobre o papel desempenhado por estas instituições na constituição de novas formas de conhecimento². Da diversidade de posições sobre esta temática, resulta comum o apelo, reiterado pelo professor Oliveira Ramos, entre outros historiadores, a uma hermenêutica dos textos universitários do período.

As apostilas de Filosofia Natural destacam-se entre estes textos. Apesar da sua leitura levantar alguns problemas de natureza filológica, estas revelam, de forma singular, o ensino ministrado *de facto* pelos professores universitários num campo sob profunda discussão e renovação como era a filosofia da natureza, na transição do século XVI para o século XVII.

* Centro de Estudos de História e Filosofia da Ciência, Universidade de Évora.

Palácio do Vimioso, Apartado 94, 7000-554 - Évora. E-mail: carolino@uevora.pt Agradecemos à Fundação para a Ciência e a Tecnologia / MCT e ao Museu de Astronomia e Ciências Afins / CNPq (Rio de Janeiro, Brasil) as condições materiais que nos facultaram e que tornaram possível este estudo. Na fase final de execução, este estudo usufruiu do apoio do projecto de investigação FCT POCTI / HCT/37709/2001.

Abreviaturas: A.R.S.I. = Archivum Romanum Societatis Iesu (Roma); B.G.U.C. = Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra; B.N.L. = Biblioteca Nacional de Lisboa.

¹ Luís A de Oliveira RAMOS, "As Universidades Portuguesas e as Universidades Europeias" in: *História da Universidade em Portugal*, 1 volume, tomo 2 (1537-1771), Coimbra, Universidade de Coimbra / Fundação Calouste Gulbenkian, 1997, pp. 389-390.

² Sobre a controvérsia em torno das universidades como pólos de inovação / conservadorismo, veja-se, sobretudo, os estudos de Mordechai FEINGOLD, "Tradition versus Novelty: Universities and Scientific Societies in the Early Modern Period" in P. Barker e R. Ariew (ed.), *Revolution and Continuity. Essays in the History and Philosophy of Early Modern Science*, Washington, Catholic University of America Press 1991, pp.45-59 e de John GASCOIGNE, "Reappraisal of the role of the universities in the Scientific Revolution", in D. Linberg and R. Westman (eds.) *Reappraisals of the Scientific Revolution*, Cambridge, Cambridge University Press, 1990, pp. 207-260.

No caso português, a Filosofia Natural era ensinada, a nível universitário, no Colégio das Artes e na Universidade de Évora. O Colégio das Artes, aberto em 1548 por iniciativa de D. João III, após ser entregue à Companhia de Jesus (1555), foi integrado, em 1561, na Universidade de Coimbra, participando o Colégio dos órgãos de governo desta e sendo, naturalmente, concedidos aos seus membros - reitor, lentes e colegiais - todos os privilégios próprios da universidade coimbrã. Quanto à Universidade de Évora, esta tem na sua génese o desejo do Cardeal D. Henrique, de criar um colégio jesuíta com aulas públicas nessa cidade, aulas que, aliás, se iniciaram em 1553, tendo sido inaugurado o curso de artes (ou filosofia) em 1556. Em 1559, com a concordância real e com a autorização papal, este colégio é promovido a universidade, tornando-se na única universidade jesuíta existente na Assistência portuguesa³. Neste sentido, institucionalmente ligados à universidade, estes dois cursos filosóficos são os únicos que, no Portugal dos séculos XVI e XVII, se podem considerar, em rigor, cursos *universitários*.

Como se torna claro do exposto, o ensino universitário de filosofia em Portugal, neste período, era da competência exclusiva da Companhia de Jesus. Para além disso, este ensino era, ainda, marcado pelo carácter propedêutico que decorria da hierarquização das faculdades maiores / faculdades menores da universidade medieval. Assim, o curso filosófico, juntamente com o estudo da retórica, preparava o ingresso, ainda que em graus diferentes⁴, nas faculdades de Teologia, Leis, Cânones e Medicina⁵. Esta situação introduzia, como justamente salientou José Vaz de Carvalho, uma ambiguidade no ensino universitário de filosofia⁶. Se, por um lado, se lhe reconhecia o estatuto de disciplina universitária, por outro lado, não se deixava de reforçar o seu carácter propedêutico.

Esta situação, que decorre do enquadramento institucional da filosofia -juntamente com razões de outra índole, naturalmente -, terá claras consequências no tipo de ensino ministrado ao longo dos séculos XVI e XVII. Mais do que dois elementos distintos, o ensino e o quadro institucional em que este decorre são duas componentes de uma mesma realidade, cuja compreensão requer uma análise complementar de ambos. A relação existente entre a natureza dos conteúdos ministrados no campo da cosmologia e o lugar ocupado pela filosofia no percurso académico dos universitários portugueses demonstra-o inequivocamente.

* * *

Entre as diferentes questões destinadas a ter um papel determinante na crítica à cosmologia tradicional, as novidades celestes de finais do século XVI e inícios do seguinte ocupam um lugar especial⁷. O aparecimento e, sobretudo, a localização celeste de estrelas «novas», como as de 1572 e 1604, ou de cometas, com os que transcorreram o céu em 1577, 1585 e 1618, teve profundas consequências ao nível do debate filosófico. Determinante, na perspectiva filosófica, foi a localização matemática, através da técnica da paralaxe, desses cometas e *novae* na região celeste. Fazendo-o, Brahe e Jerónimo Munoz, entre outros, questionavam potencialmente os princípios de perfeição e de incorruptibilidade que estruturavam a cosmologia aristotélica preconizada pelos filósofos escolásticos. Sucintamente,

³ Sobre a constituição e os primeiros anos do Colégio das Artes e da Universidade de Évora, veja-se os estudos de Mário BRANDÃO, *O Colégio das Artes*, Coimbra, Imprensa, 1924; Rómulo de CARVALHO, *História do Ensino em Portugal desde a Fundação da Nacionalidade até o fim do Regime de Salazar-Caetano*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, s.d., pp. 296-299 e 305-313; Francisco RODRIGUES, *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*, tomo I, volume 2, Porto, livraria Apostolado da Imprensa, 1951, pp. 303-400; José Vaz de CARVALHO, "A Filosofia na Universidade de Évora" in: *História da Universidade em Portugal*, 1 volume, tomo 2 (1537-1771), Coimbra, Universidade de Coimbra / Fundação Calouste Gulbenkian, 1997, pp. 763-766 e respectiva bibliografia.

⁴ Ao passo que aos estudantes que pretendiam ingressar nas faculdades de Leis e Cânones apenas era exigido o aproveitamento nas Humanidades e a frequência do primeiro ano do curso de Artes, para ter acesso às faculdades de Teologia e Medicina era requerida a frequência completa do curso de Artes. Cfr. R de CARVALHO, *História do Ensino em Portugal*, cit, p.236.

⁵ No caso da Universidade de Évora, as "faculdades maiores" eram, apenas, Teologia e Casos de Consciência (Teologia moral), sendo, de acordo com as *Constituições da Companhia de Jesus*, excluído o ensino da Medicina, do Direito Civil e da parte contenciosa do Direito Canónico. Cfr. Inácio de LOIOLA (Santo), *Constituições da Companhia de Jesus*, Lisboa, s.n., 1975 (1ª ed. 1558), parte 4, cap. 12, p. 159.

⁶ Cfr. J. V. de CARVALHO, "A Filosofia na Universidade de Évora", cit, p. 763.

⁷ É extensa a bibliografia sobre esta temática. Veja-se, para além do clássico de C. Doris HELLMAN, *The Comet of 1577: Its place in the History of Astronomy*, Nova Iorque, Columbia University Press, 1944, os estudos de Peter BARKER e Bernard R GOLDSTEIN, "The Role of Comets in the Copernican Revolution", *Studies in History and Philosophy of Science*, 19 (1988), pp. 299-319; Carlos ZILLER CAMENIETZKI, "O Cometa, o Pregador e o Cientista: António Vieira e Valentim Stansel observam o céu da Bahia no século XVII", *Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência*, 14 (1995), pp. 37-52 e Tabitta van NOUHUYS, *The Age of Two-Faced Janus. The Comets of 1577 and 1618 and the Decline of the Aristotelian World View in the Netherlands*, Leiden, Brill, 1998.

estes defendiam que existia uma superioridade ontológica do céu face à região terrestre, ou seja, o espaço compreendido entre a superfície côncava do orbe da Lua e o centro da Terra. Se a região celeste era composta na sua íntegra por um quinto elemento extraordinariamente subtil e insigne, que alguns autores nomeavam de éter celestial (*aether*), e que se encontrava num estado de perfeição e, logo, de inalterabilidade e incorruptibilidade, a região terrestre era formada pela combinação dos quatro elementos - fogo, ar, água e terra - e, por isso, passível de geração, mudança e decomposição. Esta diferença substancial explicava, ainda, a divergência existente entre física celeste e física terrestre, caracterizadas respectivamente pelos seus movimentos circular uniforme e movimentos radiais ascendentes e descendentes. Na região celeste encontravam-se as estrelas fixas (no firmamento) e os planetas em número de sete (incluía-se, na época, o Sol e a Lua) girando, com movimento circular perfeito, no interior de orbes, que a maioria dos filósofos defendia serem duros, sólidos e transparentes. Assim, os fenómenos extraordinários como as estrelas cadentes, os cometas e as estrelas «novas», deveriam ser, segundo estes autores de observância aristotélico-ptolomaica, localizados abaixo do côncavo da lua, no nível superior da atmosfera terrestre. Os cometas, eram, portanto, concebidos como fenómenos meteorológicos. Estes resultavam da concentração de exalações terrestres e marítimas imediatamente abaixo da "região" do fogo, onde deflagravam e originavam cometas.

Deste modo, do ponto de vista da Filosofia Natural, a localização nos "céus" e a consequente afirmação da natureza celeste dos cometas, questionava o cosmos aristotélico e, conseqüentemente, a existência de duas físicas distintas. Como explicar o estado de imutabilidade da matéria que formava os céus, se determinados fenómenos apareciam e desapareciam episodicamente? Mas o alcance da localização matemática dos cometas na região celeste ia além do âmbito da estrita filosofia da natureza. Tal, por um lado, remetia, ainda, para o debate, aceso na época, sobre os limites e o estatuto epistemológico das ciências matemáticas, e, por outro lado, ameaçava ter conseqüências ao nível de uma metafísica que privilegiava uma perspectiva ontológica em detrimento de uma leitura fenoménica da realidade. Por estas razões, a discussão em torno da localização celeste dos cometas e da matéria que compunha os "céus" era uma questão de importância crucial para os filósofos e cosmólogos da época, uma questão de maior relevância mesmo do que o célebre debate em torno dos sistemas cosmológicos. Daí que, por exemplo, tal apareça extensamente tratado no volume do *Curso Filosófico Conimbricense* dedicado à cosmologia, elaborado pelos filósofos do Colégio das Artes sob a coordenação de Manuel de Gois e publicado no final do século XVI⁸, exactamente a obra, onde alguns autores procuraram, em vão, ecos do debate sobre os sistemas planetários⁹.

No essencial, para os universitários da primeira metade do século XVII, que na sua maioria seguiam a linha aristotélica e eram potenciais defensores da tese da *natureza*, meteorológica dos cometas, a questão residia na explicação sobre a localização celeste dos cometas e na compatibilização dessa localização, bem como da natureza celeste desses fenómenos, com as teorias acerca da imutabilidade e da existência de orbes rígidos no céu. Ainda que, por vezes, se defendia que a afirmação da localização celeste dos cometas acarretava o reconhecimento da sua natureza celeste e que tal conduzia impreterivelmente a uma negação da perfectibilidade e da solidez dos céus, a leitura dos textos universitários nega tal relação causal, demonstrando o dinamismo e a diversidade existente entre as Universidades seiscentistas. Por exemplo, António Nunes Zamora, professor de matemática e filosofia na prestigiada Universidade de Salamanca, preferiu demonstrar que as observações astronómicas e as teorias aristotélico-tomistas não se excluíam mutuamente¹⁰. De acordo com o professor de Salamanca, os cometas eram formados por exalações terrestres e marítimas, viscosas, bem compactadas e em grande quantidade que, da região terrestre, pela acção dos planetas, ascendiam aos céus, gerando aí cometas¹¹. Os corpos celestes tinham, aliás, um papel importante como causas

⁸ Sobre esta importante obra, veja-se J. Pinharanda GOMES, *Os Conimbricenses*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1992 e respectivas indicações bibliográficas.

⁹ Veja-se, sobretudo, o estudo de José Sebastião da Silva DIAS, *O Cânone Filosófico Conimbricense (1592-1606)*, Lisboa, Separata da revista «Cultura - História e Filosofia», vol. 4., 1985. Acresce, ainda, que a discussão sobre os sistemas cosmológicos era abordada directamente não no âmbito do estudo filosófico, mas da matemática, e, em particular, a propósito da teoria dos planetas.

¹⁰ Nunes Zamora foi aluno do famoso professor e matemático valenciano Jerónimo Muñoz. Sobre o pensamento deste último e sua importância, veja-se de Víctor NAVARRO BRÓTONS, *Matemáticas, Cosmología y Humanismo en la España del siglo XVI*, Valência,

eficientes destes fenómenos, não apenas através da sua acção, e em especial do calor provocado pelo seu movimento e influência, mas também através das conjunções e eclipses por eles originados regularmente¹². Contudo, se os cometas podiam ascender à região celeste, isso não significava que esta não pudesse ser perfeita e incorruptível. Nunes Zamora compatibiliza a localização celeste dos cometas e a perfectibilidade dos céus através de dois subterfúgios filosóficos defendidos com astúcia no seu *Liber de cometis*: os céus, apesar de serem perfeitos, admitiam substâncias estranhas (e, neste caso, imperfeitas) e os seus orbes, apesar da solidez que os caracterizava, eram porosos¹³. Assim, se explicava a ascensão da matéria terrestre que ia compor os cometas celestes.

Nas universidades portuguesas a temática cometária não deixou de ser abordada e de demonstrar que, não obstante as expressas indicações estatutárias sobre as posições filosóficas a seguir-Aristóteles e a Segunda Escolástica -, os professores de filosofia não hesitaram em protagonizar teses contrárias ao Estagirita. É certo, como ilustram as apostilas, que, em finais do século XVI e durante as primeiras décadas do século seguinte, se defendeu publicamente a teoria aristotélica sobre os cometas e sobre os céus, nomeadamente, nos cursos ministrados no Colégio das Artes, de Luís de Cerqueira, de Manuel de Gois e de Baltazar do Amaral e nas aulas da universidade alentejana, de António de Vasconcelos, de Manuel de Lima e de Bento Pereira¹⁴. Contudo, pelo menos no início da década de quarenta do século XVII¹⁵, a partir da publicação das obras de Baltazar Teles e Francisco Soares Lusitano¹⁶, torna-se comum, entre os professores de filosofia, a defesa da teoria da localização e da natureza celeste dos cometas. Significativamente a assunção destas teses surge aqui acompanhada pela defesa da fluidez e da corruptibilidade celeste, teorias expostas, por exemplo, nos cursos de Francisco da Cruz, Manuel Alvares e Manuel da Fonseca¹⁷. Ou seja, em meados do século XVII, o ensino universitário em Portugal incorporara já algumas das "novas" teses cosmológicas. Tal aconteceu no Colégio das Artes e na Universidade de Évora sensivelmente ao mesmo tempo do que em algumas universidades europeias, como a Universidade de Paris¹⁸.

Contudo, sendo estes professores de filosofia, em Portugal, membros da Companhia de Jesus, tal surpreende mais pelo seu relativo atraso do que pela novidade. Na verdade, desde os inícios da década de vinte desse século, era comum entre os jesuítas do Collegio Romano e mesmo do Colégio de Santo Antão, em Lisboa, a defesa das teses da natureza celeste dos cometas e da fluidez dos céus. Por exemplo, Orazio Grassi, professor de Matemática no Collegio Romano em 1616-1624 e 1626-1628, é famoso pela viva polémica que travou com Galileu acerca dos cometas de 1618, defendeu, ao contrário do Pisano que não considerava os cometas objectos físicos mas sim simples vapores ascendendo perpendicularmente desde a superfície da Terra, que os cometas eram corpos celestes semelhantes aos planetas com suas órbitas¹⁹.

Instituto de Estudos Documentales e Históricas sobre la Ciencia, 1998.

¹ Cfr. António NUNES ZAMORA, *Liber de Cometis*, Salamanca, in aedibus Atoniae Ramirez, viduae, 1610, pp. 3031.

² Cfr. *Id.*, *Ibidem*, pp. 3^a-50.

³ Cfr. *Id.*, *Ibidem*, pp. 82 e 90.

⁴ Cfr. Luís de CERQUEIRA, *Commentarii in Libros Meteorum Aristotelis*, B.G.U.C. ms. 2414, cap. 6, fols. 223r.-223v.; [Manuel de GOIS], *Commentarii Collegii Combricensis Societatis Iesu In libros Meteororum Aristotelis Stagiritae*, Lisboa, Ex officina Simonis Lopesij 1593, pp. 28-29; Baltazar do AMARAL, *Doctrina Philosophica*, Lisboa, ex Officina Petri Craesbeek, 1618, pp. 198-199; António de VASCONCELOS, *Explanationes in Libros Meteororum Aristotelis*, fols. 145r.-145v.; Manuel de UMA, *Annotationes in Universam Aristotelis Philosophiam traditae a sapientissimo praeceptore meo...* 1588, B.N.L., MS 2533, fols. 294r-295r; Bento PEREIRA, *Summa Universae Philosophiae divisa in três partes scilicet Logicam, Physiologiam et Methaphisicam*, 1640, B.N.L., Cod. 2558, fls. 107v.-108.

⁵ É muito provável que Teles e Soares já tenham ensinado estas teorias durante os cursos filosóficos que ministraram na década de trinta no Colégio das Artes. Contudo, como não parecem ter sobrevivido as apostilas relativas desses cursos à Filosofia Natural, não se o pode firmar com certeza.

⁶ Cfr. Baltazar TELES, *Summa Universae Philosophiae*, Lisboa, ex Officina Laurentij de Anveres, 1642, p. 380; Francisco SOARES (Lusitano), *Cursus Philosophicus*, Évora, Ex typographia Academiae, 1668 (1^aed. 1651), pp. 343-344.

⁷ Para uma análise detalhada da controvérsia cosmológica em torno dos cometas neste período, veja-se o nosso estudo "Philosophical teaching and mathematical arguments: Jesuit philosophers versus Jesuit mathematicians on the controversy of comets in Portugal (1577-1650)", *History of Universities*, 16 (2000) 2, pp. 65-95.

⁸ Cfr. L. W. B. BROCKUSS, "Aristotle, Descartes and the New Science: Natural Philosophy at the University of Paris, 1600-1740", *Annals of Science*, 39 (1981), pp. 43ss.

⁹ Orazio GRASSI, *On the Three Comets of the Year MDCXVIII The Controversy on the Comets of 1618*, edição de Stillman Drake e C. D. O'Malley, Filadélfia, University of Pennsylvania Press, 1960, pp. 16-18.

Razões de vária natureza explicam a aparente morosidade que os professores de filosofia demonstraram em aderir às teses mencionadas. Certamente que a divergência inicial existente entre matemáticos e filósofos no seio da Companhia de Jesus²⁰, bem como as posições críticas em relação ao estatuto epistemológico da matemática, levaram os filósofos lusitanos a hesitar na aplicação dos dados das ciências matemáticas ao discurso filosófico, mantendo-se, conseqüentemente, por poucas décadas, num horizonte estritamente aristotélico-tomista. Contudo, o enquadramento institucional em que esse ensino decorria não pode ter deixado de desempenhar um papel igualmente determinante. Estando, como vimos, a filosofia numa situação de certa ambiguidade entre as disciplinas universitárias, esta não chegou a constituir-se, ao longo do período em análise, como uma disciplina de dedicação exclusiva e demorada, como uma disciplina de "carreira" académica. Acresce a este facto, que sendo ministrada por jesuítas, esta funcionou, na prática, como uma das etapas do percurso dos membros desta ordem religiosa. Tal é muito claro a partir da análise do percurso académico dos professores de filosofia do Colégio das Artes e da Universidade de Évora e, em particular, dos professores mencionados a propósito dos cometas.

O percurso académico destes professores, exemplificativo do que acontecia entre os filósofos, era bem diferente do que constituía a norma entre os professores das faculdades maiores²¹. Ao assumirem a função de lentes em Artes, os professores apresentavam uma homogeneidade curricular assinalável: a maioria tinha concluído a sua formação e, portanto, havia já estudado teologia; tinham sido, ainda que por períodos diferenciados, professores de Humanidades ou de Latim; e a média de idades que tinham no terceiro ano do curso, ano em que liam os conteúdos relativos à cometologia, pouco ultrapassava os trinta anos: Luís de Cerqueira contava 32 anos; Manuel de Gois, 34 anos; Baltazar do Amaral, cerca de 30 anos; António de Vasconcelos, 32 anos; Manuel de Lima, 35 anos; Bento Pereira, 35 anos; Baltazar Teles, 38 anos; e Francisco Soares Lusitano, 33 anos²². O futuro destes professores divergiria; contudo, realce-se, ainda assim, que três destes seguiram o corolário dos seus estudos, dedicando-se ao estudo e ensino de Teologia, disciplina onde irão obter o grau de doutor; a saber Luís de Cerqueira, futuro bispo do Japão; Bento Pereira, que virá a notabilizar-se como gramático e linguista; Francisco Soares Lusitano, futuro reitor da Universidade de Évora. De realçar também que, entre estes, apenas Manuel de Gois ministrou mais do que um curso filosófico, exactamente os cursos de 1574-78 e 1578-82 do Colégio das Artes. Todos os outros professores se dedicaram ao ensino de filosofia em instituições universitárias apenas uma vez, ministrando somente um curso²³. Esta foi a situação mais comum entre os professores de filosofia portugueses dos séculos XVI e XVII²⁴.

Estes professores dedicavam-se, portanto, ao ensino filosófico numa fase passageira das suas carreiras, não se aplicando exclusivamente no seu ensino e especulação por um longo período. Situação contrária ocorrera, por exemplo, no Collegio Romano, onde professores como Benito Pereira ou Alessandra De Angelis ministravam curso após curso as diferentes componentes da formação filosófica jesuíta²⁵.

²⁰ Sobre esta questão, veja-se Luís Miguel CAROLINO, "Philosophical teaching and mathematical arguments: Jesuit philosophers versus Jesuit mathematicians on the controversy of comets in Portugal (1577-1650)", cit

²¹ Sobre o corpo docente da Universidade de Coimbra e seu percurso académico, veja-se de Fernando Taveira da FONSECA, *A Universidade de Coimbra (1700-1771). Estudo social e económico*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1995, pp. 423-480.

²² Cfr. *Catalogi breves et triennales*, AR.S.L., LAÍS. 39, fl.7; Lus. 44,1, fl. 6; Lus. 44, n. Lus. 44, II, fl. 310v; fl. 491v.; Lus. 44, n, fl. 578; Lus. 44, H, fl. 583.

²³ Refira-se, todavia, que dois dos professores referidos já tinham anteriormente ensinado filosofia em colégios menores, a saber, Manuel de Lima que, entre 1581 e 1584, tinha lido o curso de artes no Colégio de São Paulo, em Braga, e *BáZaar* do Amaral que, antes de partir para Coimbra, lera o curso no Colégio de Santo Antão.

²⁴ Das cerca de duas centenas de professores, apenas os seguintes ministraram mais do que um curso filosófico nestas instituições: I. Martins (Col. Artes, 155&-56 e Univ. Évora, 1556^0), J. Fernandes (Univ. Évora, 1560-64 e Col. Artes, 156438), J. Brandão (Univ. Évora, 1565-69 e Col. Artes, 1570-72), E. Cardoso (Univ. Évora, 156669e Col. Artes, 1671-73), J. Correia (Univ. Évora, 1567-1571 e Col. Artes, 1572-74), M. Gois (Col. Artes, 1574-78 e 157&82), G. Vaz (Univ. Évora, 1581-85 e Col. Artes, 1585-89), N. Godinho (Univ. Évora, 1588-91 e Col. Artes, 1591-95), B. Álvares (Univ. Évora, 1590-94 e Col. Artes, 1594-98), S. Couto (Univ. Évora, 1596-97 e Col. Artes, 1597-1601), M. Álvares (Univ. Évora, 1602-06, 160608 e Col. Artes, 1608-12), D. Pereira (Univ. Évora, 1610-14 e Col. Artes, 1614-18), D. Lopes (Univ. Évora, 1620-24 e Col. Artes, 1624-28) e A. Magalhães (Col. Artes, 1621-25 e Univ. Évora, 1626-27).

Cfr. "CATALOGO dos professores de Philosophia no Collegio da Companhia de Jesu de Coimbra desde o ano de 1555, e no d' Évora", B.G.U.C, Ms. 993, fls. 477478; João Pereira GÓMES, *Os Professores de Filosofia do Colégio das Artes*, separata das "Actas do I Congresso Nacional de Filosofia - Revista Portuguesa de Filosofia", 1955; TD., *Os Professores de Filosofia da Universidade de Évora (1559-1759)*, Évora, Câmara Municipal, 1960.

Segundo os dados fornecidos por Pereira Gomes sobre os professores de filosofia da Universidade de Évora²⁶, a situação descrita não só não parece ter sido inédita, como no início do magistério filosófico dos jesuítas em Portugal, o ensino da filosofia ocupava um momento ainda mais prematuro na carreira dos professores. Na generalidade, em meados do século XVI, os professores encontravam o ensino da filosofia a meio do seu percurso académico: terminados os estudos humanísticos e filosóficos, e não raro, no ano em que se graduavam Mestre em Artes, iniciavam os três anos e meio que, em Portugal, durava a leitura do curso de filosofia²⁷. Terminada a leitura deste, os ex-lentes seguiam os seus estudos, agora como ouvintes de teologia durante um quadriénio. Uma vez concluídos os estudos de teologia e seguindo as indicações das *Constituições*, tornavam-se, então, sacerdotes²⁸. Registe-se que esta prática, corrente durante o século XVI e mais rara no século posterior, ia em sentido contrário ao indicado mais tarde na *Ratio Studiorum*, onde se indicava que o professor de filosofia deveria, antes de cumprir o seu triénio dedicado à leitura da filosofia, concluir os estudos de teologia, testemunhando certamente uma instituição que se encontrava em fase de crescimento.

Os professores dedicavam-se, portanto, à leitura da filosofia numa fase transitória, numa fase em que se preparavam para um desafio, aos seus olhos, mais importante: o ensino e estudo da teologia ou a actividade de missionação. Mais do que serem filósofos, o objectivo destes professores seria, certamente, no período em causa, serem teólogos e/ou missionários. De facto, concluídos os estudos teológicos e recebidas as ordens sacras, no destino de muitos destes jesuítas cruzava-se a missionação nos espaços extra-europeus. Outros ex-lentes de filosofia, num número muito considerável, dedicavam-se ao ensino mais demorado de Teologia, logrando alguns a obtenção do grau de doutor nesta área²⁹ e iniciando uma carreira fulgurante como a de Luís de Molina, lente de filosofia no Colégio das Artes no curso de 1563-1567, e, posteriormente, professor de teologia na Universidade de Évora e teólogo marcante na Europa Moderna.

A Filosofia Natural aparecia no trajecto pessoal dos professores de filosofia num período de formação intermédia, não se especializando estes no ensino e na reflexão sobre as temáticas desta área. Se tal traduzia a posição subalterna da filosofia face às outras disciplinas, também disso não se pode desligar a natureza fortemente especulativa desse ensino. Contudo, tal não significa que não houvesse uma "actualização" ao nível dos conteúdos ensinados na universidade. A análise do ensino relativo à teoria sobre os cometas e sobre a composição dos céus, temática fulcral no debate cosmológico seiscentista, demonstra que a universidade portuguesa era sensível à discussão da época. Esta acompanhava os argumentos e as posições, ainda que não tão rapidamente quanto acontecia em outras instituições de ensino, demonstrando que o perfil académico dos seus docentes condicionou o ensino de Filosofia Natural.

²⁶ Cfr. Ugo BALDINI, *'Legem impone subactis'. Studi su Filosofia e Scienza dei Gesuiti in Itália. 1540-1632*, Roma, Bulzoni Editore, 1992, pp. 569-571.

²⁷ J. P. GOMES, *Os Professores de Filosofia da Universidade de Évora*, cit.

²⁸ Provavelmente, desde cedo, aos alunos que se destacavam durante o curso de Artes, seria entregue o ministério dessa disciplina nos colégios primários, o Colégio das Artes ou a Universidade de Évora, ao passo que os que haviam obtido menos sucesso nos seus estudos filosóficos encarregar-se-iam do ensino nos restantes colégios secundários. Esta situação será formalizada já no século XVIII. Veja-se, sobre esta questão, J. P. GOMES, *Os Professores de Filosofia da Universidade de Évora*, cit, p. 42.

²⁹ *ID.*, *Ibidem*, pp. 4(M5).

³⁰ Foi o caso dos seguintes lentes de filosofia na Universidade de Évora: P. Martins (1561-65), P. Luís (1564-68), F. Rebelo (1568-72), P. Novais (1578-83), D. Araoz (1579-84), A. Fernandes (1589-93), F. Veiga (1595-99), J. Álvares (1596-1600), L. Henriques (1604-1608), J. Matos (1611-15), L. Brandão (1616-17), P. Moura (1616-20), A. Camelo (1618-21), S. Abreu (1625-29), E. Pinheiro (1626-29), J. Cabral (1630-34), A. Gonçalves (1633-37), B. Pereira (1638-42), M. Luís (1640-43), J. Brito (1641-45), D. Alfaia (1642-46), J. Costa (1645-49) e D. Almeida (1649-53). Tal foi, também, o caso dos professores de filosofia do Colégio das Artes P. Fonseca (1555-57), M. Jorge (1556-60), I. Tolosa (1561-65), S. Barradas (1575-77), E. Pereira (1576-80), L. Cerqueira (1581-85), C. Gil (1587-91), E. Costa (1602-06), J. Cabral (1603-07), F. Mendonça (1604-08), S. Álvares (1607-11), M. Tinoco (1617-21), D. Lopes (1626-30), G. Macedo (1632-36), F. Soares (1636-40) e J. Seixas (1645-49). Também entre os professores mencionados que ensinaram filosofia em ambas as instituições, um número significativo obteve o grau de doutor em Teologia. São eles I. Martins, J. Correia, N. Godinho, B. Álvares, S. Couto e A. Magalhães. Cfr. "CATALOGO dos professores de Philosophia..." cit; João Pereira GOMES, *Os Professores de Filosofia do Colégio das Artes*, cit; *ID.*, *Os Professores de Filosofia da Universidade de Évora*, cit. Veja-se, também, as obras bio-bibliográficas de António Franco, Barbosa Machado, Inocêncio E da Silva e Carlos Sommervogel.